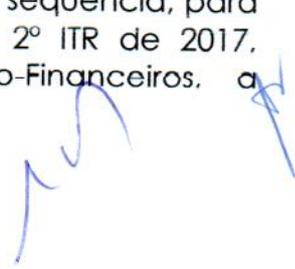


ATA DA 242ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA EMAE - EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E ENERGIA S.A., REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 2017.

Aos dezesseis dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, às 10 horas, em caráter ordinário, reuniram-se na Av. Nossa Senhora do Sabará, 5312, nesta Capital, os Senhores e Senhora Membros do Conselho Fiscal da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. eleitos em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, que ao final assinam a presente Ata. Presentes também o Senhor Carlos Alberto Marques Silva – Diretor Financeiro e de RI e o Senhor Paulo Roberto Lessi – Secretário Executivo que responde pela coordenação e atendimento às atividades do Conselho Fiscal perante os órgãos da Companhia, para tratarem da seguinte pauta: **1)** Apresentação das Informações Trimestrais 2º ITR 2017; **2)** Apreciação de Relatórios de Reunião de Diretoria - RD's, de julho/2017; **3)** Apreciação de Ata de Reunião do Conselho de Administração – RCA; **4)** Assuntos de interesse geral. Iniciada a reunião, em atendimento a demanda da última reunião, o Senhor Carlos Alberto apresentou informações sobre o estudo feito para suportar a não contratação de seguro para a frota, que é composta por 35 veículos com média de 6.891 km por veículo/ano, destacando que não houve ocorrência de sinistros. Os veículos que mais rodaram no ano de 2016 foram as pickups S10/CD com quilometragens variando entre 1.034 km e 1.771 km, sendo estas as únicas com seguro contratado até fev/2017. Informou também que o valor de mercado para todos os veículos é de R\$1,186 milhão conforme Tabela Fipe e que a menor cotação de seguro para toda a frota foi de R\$66,8 mil em jan/2017. Os valores dos veículos variam de R\$17,7 mil até R\$60,1 mil e, numa eventual indenização, será pago o valor de mercado e não a reposição do bem. Apresentou também um benchmark sobre o tema com empresas do setor elétrico e informou que: *"face a baixa rodagem; a idade elevada dos veículos; não havendo registro de ocorrência, bem como o valor do prêmio a ser cobrado acima de 5% do valor total da frota, a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores propõe não contratar esta cobertura de Seguro"*. Prestadas as informações e esclarecimentos, encerrou a apresentação. Dando sequência, para o **item 1** o Senhor Carlos Alberto apresentou o 2º ITR de 2017, comentando sobre os Indicadores Econômico-Financeiros, a



1



Evolução do Lucro do 2º trimestre fechando com Prejuízo de R\$2,8 milhões e ficando o Lucro Acumulado no semestre em R\$4,6 milhões, com maiores influências do Arrendamento pela correção maior do IGPM, a Taxa de Desconto da Dívida do Fundo de Pensão e venda da PCH Isabel. Na Demonstração dos Resultados a Receita Operacional ficou em R\$(-)95,6 milhões registrando aumento impactado principalmente pelo aumento da RAG e redução dos Serviços Prestados. As Despesas Operacionais ficaram em R\$(-)92,8 milhões com aumento das Despesas com Pessoal devido a Reajuste Salarial e maior despesa com Assistência Médica. As Provisões Operacionais e Contingências reduziram e ficaram em R\$(-)1,8 milhão devido as Reversões de ordem Trabalhista e Administrativa. A Equivalência Patrimonial da PCH Pirapora ficou em R\$6,8 milhões impactada pelo aumento da ROL e do resultado positivo da Energia Comprada para Revenda. Assim, o Lucro no Semestre foi de R\$ 4,6 milhões e no 2º Trimestre Prejuízo de R\$2,8 milhões. Os Conselheiros solicitaram que seja disponibilizado o laudo de avaliação da PCH Isabel, feito pela CPOS, para conhecimento. Passando para o Fluxo de Caixa posição julho/2017, comentou sobre as Premissas como o Acordo com a Sabesp, o Arrendamento da UTP e a Venda da PCH Isabel. Assim o Total de Entradas foi de R\$120,4 milhões ficando maior em R\$5,7 milhões. O Total de Saídas foi de R\$131,9 milhões ficando menor em R\$10,7 milhões principalmente pela menor realização de Custeio e Investimentos. O Caixa Final ficou em R\$101,8 milhões estando maior em R\$22,5 milhões frente ao Orçado. Na Demonstração do Resultado posição julho/2017, a Receita Operacional foi de R\$110,4 milhões e a Receita Operacional Líquida de R\$95,3 milhões, ambas em linha com o Orçado. As Despesas Operacionais foram de R\$110 milhões ficando menores em R\$12,4 milhões. Já o EBTIDA registrou R\$(-)14,6 milhões ficando maior em R\$13,6 milhões. O Lucro do mês de julho/17 foi de R\$4,8 milhões frente ao Prejuízo Orçado em R\$26,8 milhões. Encerrada a apresentação os Conselheiros solicitaram que a Diretoria da Emae apresente quais são as projeções feitas, a partir de outubro/2017, caso o acordo da Sabesp não seja firmado. Passando para o **item 2** Relatórios de Reunião de Diretoria de nº 701 a 704 e o **item 3** Ata de Reunião do Conselho de Administração de nº 319, nada houve para comentar. No **item 4** Assuntos de interesse geral, o Senhor Carlos Alberto prestou informações sobre o contrato de O&M firmado com a Petrobras, o qual é totalmente independente do contrato de

Arrendamento, não se constituindo em novação de qualquer espécie deste contrato. O contrato tem como objeto a prestação dos serviços de operação e manutenção das turbinas 3 e 4 da UTE Piratininga no regime de 24 horas por dia, pelo prazo de 365 dias e podendo ser renovado. Em relação ao preço, o contrato está composto por: Parte fixa: a) R\$600 mil/mês fixos + b) R\$750 mil/mês ajustados pela disponibilidade da Usina; e Parte variável: R\$25/MWh gerado como bonificação de performance. Não há energia a ser comercializada pela EMAE. Os custos envolvidos são: Pessoal R\$3.596 mil/ano; Serviços de Terceiros e Consumíveis R\$10.005 mil/ano e Melhorias (OPEX) R\$1.427 mil. Como projeção, o Resultado do Contrato gera Receita Bruta de R\$29.035 mil com Lucro Líquido de R\$7.521 mil, e tendo como reflexo no Resultado da Emae um Lucro Líquido de R\$10.260 mil em função do Custo de Pessoal estar suportado pelo Contrato. Ainda, como benefício assessorio, esta contratação possibilita a retomada da geração na UTE Piratininga, que estava em indisponibilidade comercial, requerida desde janeiro de 2017 pela Petrobrás, por falta de mão de obra para operar a Usina. A retomada da geração reduz a possibilidade de extinção da concessão da usina Piratininga que está vencida e ainda não renovada pelo Ministério de Minas e Energia – MME. Concluídas as informações, registre-se também que foi disponibilizada no site a seguinte documentação: i- Relatórios de Diretoria nº 701 a 704; ii- Ata do CA nº 319; iii- apresentações: Seguros de Veículos, Contrato O&M Petrobras, ITR 2º tri 2017 e Execução Fluxo de Caixa e DRE Julho 2017; iv- Relatório do 2º ITR_EMAE_30062017; v- Resposta ao Relatório Fiscalização Ordenada da Frota _itens 1 a 3; vi- Follow-up up Reuniões CF EMAE posição 07/08/2017. Foi aprovada e assinada a ata da 241ª RCF. Está agendada reunião para o dia 27 de setembro/2017 prevista inicialmente para dia 20. Nada mais havendo para ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata que segue assinada pelos Conselheiros presentes, conforme consta na folha de nº 4.

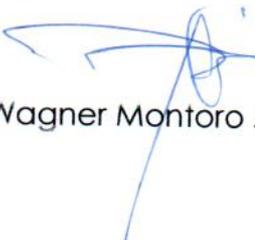
Folha de assinaturas da ata da 242ª Reunião do Conselho Fiscal.


Fabio Bernacchi Maia


Fernanda Montenegro M. Rizek


Marco Antonio Castello Branco


Pedro Henrique G. Guerra


Wagner Montoro Junior